

Julia Vilela Caminha

# A diversidade de ocupações de imóveis ociosos

## uma leitura a partir de casos europeus

### Resumo

A intensa mercantilização das cidades e o aumento da especulação imobiliária nas últimas décadas transformaram as ocupações de imóveis ociosos em uma alternativa de acesso à moradia de extrema relevância em alguns países. Desta forma podem ser entendidas como resultado tanto da espoliação quanto de ações subversivas e contestatórias realizadas do/pelo trabalhador. Cada local possui uma racionalidade específica, resultante de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Observou-se que, na Europa, as ocupações contêm sentidos múltiplos, para além da questão da moradia, lidando com novas formas de gestão e socialização como alternativas às relações socioeconômicas forjadas no capitalismo. O objeto deste artigo são as ocupações urbanas que possuem projetos políticos definidos. Em termos metodológicos, a pesquisa se utilizou de técnicas como observação de ocupações na Europa e no Brasil, além de revisão bibliográfica sobre o tema. O artigo explora o caso das ocupações europeias *Vall de Can Masdeu* e *Can Vies*, localizados em Barcelona; *Christiania*, em Copenhague; e *Regenbogenfabrik*, em Berlim. Espera-se demonstrar que as ocupações ajudam na conscientização e emancipação das pessoas, levando-as a exigir mais do que a satisfação das carências “não radicais”, entendendo que as necessidades radicais são parte fundamental da vida do ser humano.

**Palavras-chave:** Ocupação de imóveis; Imóveis ociosos; Valor de uso; Necessidades radicais; Squat.

### Abstract

Squatting empty buildings is an alternative access to housing of extreme relevance in some countries, especially in the recent decades, with the intense commercialization of cities and the rise of real estate speculation. About it, the squats can be understood as a result of both spoliation and subversive actions and or contestatory, made of/by the workers. Each place has a specific rationality, resulting from their social conditions, political, economic and cultural. It was observed that, in Europe, the squats contains multiple senses, in addition to the issue of housing, dealing with new forms of management and socialization as alternatives to socioeconomic relations forged in capitalism. The major concern of this paper is urban occupations that have established political projects. In methodological terms, the research used techniques such as observation of squats in Europe and in Brazil, as well as a review of the literature on the subject. The article explores the case of squats *Vall de Can Masdeu* and *Can Vies*, located in Barcelona; *Christiania* in Copenhagen and *Regenbogenfabrik*, in Berlin. It is expected, with this paper, show that squats are emancipatory spatial practices, and help in raising awareness and empowering people, leading them to demand more than the satisfaction of the “no radical” need to understand that the radical needs are key for human being.

**Keywords:** Squat; Empty buildings; Radical needs; Use value.

**Julia Vilela Caminha**

é licenciada e bacharel em Geografia,  
mestre em Planejamento Urbano  
e Regional - IPPUR/UFRJ.

juliajvc@gmail.com

## INTRODUÇÃO

As ocupações são uma alternativa de acesso à moradia de extrema relevância em países, como o Brasil, onde se acumula nas grandes cidades um grande contingente de imóveis ociosos. Durante as últimas décadas o acesso a imóveis, especialmente os urbanizados, em países capitalistas, tem sido dificultado pela intensa mercantilização das cidades e, conseqüentemente, pelo aumento indiscriminado da especulação imobiliária. Estados e mercados fracassaram no seu papel de locadores do espaço para todos os segmentos sociais, permitindo o surgimento de inúmeros imóveis vazios e, ao mesmo tempo, de pessoas sem casa (MARTÍNEZ, PIAZZA e PRUIJT, 2013, p.11). Assim, a própria população procura criar alternativas de acesso à habitação, sendo a ocupação de imóveis vazios uma delas.

As ocupações podem ser entendidas como resultado da espoliação – esta entendida como a sobre-exploração do trabalhador produzida pelas condições precárias de reprodução social na cidade (KOWARI-CK, 1979) – e de ações subversivas e contestatórias do/pelo trabalhador, a partir do momento que ele se dá conta de sua situação social e econômica, inspiradas e/ou empreendidas por movimentos sociais. Neste sentido, as ocupações possuem potencial para o empoderamento e a “liberação cognitiva” da população, já que permitem a visualização de oportunidades e de apoio coletivo (PRUIJT, 2013, p.17).

Embora todos os tipos de ocupação sejam relevantes, pois significam formas de “viração” dos trabalhadores hiperprecarizados em um sistema que os exclui e renega, neste trabalho buscaremos mostrar formas de ocupações urbanas que apresentam projetos políticos, pois acreditamos que nelas haja um maior nível de engajamento contra à propriedade privada, à especulação imobiliária e ao próprio sistema capitalista.

No contexto europeu, as ocupações começaram a ganhar destaque nos anos 1960, durante a época de expansão da contracultura – aqui entendida como a contestação social dos valores e regras instituídos pela cultura ocidental – e contêm sentidos múltiplos. O movimento *squatter* – nome dado ao movimento em países de língua inglesa<sup>1</sup> – vai além da questão da moradia, lidando com novas formas de gestão e socia-

lização como alternativas às relações socioeconômicas forjadas no capitalismo. É importante notar que a palavra utilizada é diferente da que designa os movimentos de ocupação de praças e ruas a partir da crise de 2008 na Europa e nos Estados Unidos: *occupy*, o que mostra diferenciação entre os dois movimentos. Porém, os movimentos *occupy* (conhecido como 15M na Espanha) e *squatter* estão ligados, sendo diversas as manifestações de apoio mútuo, como o caso do 15M e diversos *okupas*.

Em termos metodológicos, o artigo é fruto da pesquisa para a dissertação de mestrado, que se utilizou de técnicas como observação de ocupações na Europa e no Brasil, busca no portal de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e levantamento bibliográfico sobre o tema, em especial os desenvolvidos por membros do *Squatting Europe Collective* (SqEK) – é importante destacar a existência do SqEK, uma rede composta por acadêmicos e ativistas, em sua maioria europeus, que se uniram visando um melhor entendimento da história e do desenvolvimento dos movimentos de ocupação. Foram feitas visitas, entre maio e julho de 2014, quatro experiências de ocupações europeias: *Vall de Can Masdeu*, localizada em Barcelona; *Christiania*, em Copenhague e *Regenbogenfabrik*, em Berlim. A autora também esteve presente nos momentos de desocupação e de conseqüente recuperação do Centro Social Autogestionado *Can Vies*, em Barcelona, no mesmo ano. A pesquisadora ainda pode contar com a participação no encontro anual do SqEK, realizado de 20 a 25 de maio de 2015, na cidade de Barcelona, na Espanha, que teve como tema “Ocupação de casas, centros sociais e espaços de trabalho: *workshop* de alternativas de autogestão ao capitalismo”. Para o artigo, foram realizadas entrevistas produzidas de forma livre, com o diário de campo como instrumento de coleta em todas as situações. Além disso, o artigo também conta com fotografias.

## PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE

A dinâmica urbana está profundamente associada ao modo de produção capitalista. Neste sentido, o capitalismo necessita da urbanização para absorver os produtos excedentes. Assim, a urbanização representa um “papel ativo [...] na absorção do produto excedente que os capitalistas estão produzindo perpetuamente em sua busca pela mais-valia” (HARVEY, 2012, pp. 6-7, tradução nossa)<sup>2</sup>. Desta forma, o pro-

1 Ressaltamos que neste trabalho utilizaremos palavras estrangeiras referentes ao universo das ocupações, por isso um breve glossário segue: em inglês, *squat* significa ocupação, *squatting* é ocupar e *squatter* se refere ao ocupante (quem ocupa); em espanhol se utiliza a letra “k” no lugar de “c” e “q” como forma de protesto e de inconformidade, assim, ocupar é escrito como *okupar*, ao passo que uma ocupação pode ser designada como *okupación* ou como *okupa* (que também pode se referir ao próprio ocupante).

2 “active role [...] in absorbing the surplus product that capitalists are perpetually producing in their search for a surplus value” (HARVEY, 2012, pp. 6-7).

cesso de urbanização pelo qual passamos é uma parte ativa para a obtenção da mais-valia pelos capitalistas, acompanhando uma sucessiva despossessão da grande maioria da população. O capitalismo busca (n) a cidade resolver os problemas oriundos de suas crises de produção.

Concordamos com Harvey (2012) que a luta anticapitalista proposta por Marx estaria desatualizada pelo surgimento de uma nova classe trabalhadora – não restrita somente ao operário fabril descrito por Marx, incluindo também a grande parcela de trabalhadores responsáveis pelo funcionamento diário da vida cidadina, além do enorme setor de trabalhadores informais, temporários e liberais, constituídos por “hiperprecarizados”, a respeito ver Souza (2008).

A atuação dos agentes e suas distintas formas de apropriação do espaço urbano influenciam significativamente nas condições de acesso ao solo (principalmente à moradia) pela população. Enquanto para os diferentes tipos de capital a cidade é somente um valor de troca, como forma e/ou produção de mais-valia ou renda da terra, para a força de trabalho significa valor de uso, uma produção para o bem-estar, para a vida. Assim, “o que é valor de uso para um é valor de troca para outro, e cada um concebe o valor de uso diferencialmente” (HARVEY, 1980, p. 142). A lógica do capital imobiliário mercantil é transformar o solo por meio de inovações e infraestruturas que valorizarem a área, sendo a busca pela distinção a base deste capital. Ou seja, busca-se criar novos valores de uso para obter maior valor de troca. Os proprietários também buscam o valor de troca, através da máxima valorização de suas propriedades. Desta forma, a ocupação de imóveis ociosos é uma resposta à desigual distribuição de serviços e recursos no ambiente urbano e também à despossessão.

Na construção do espaço urbano – repleta de intensos conflitos, embates e alianças entre os agentes – é comum observar que alguns agentes buscam maximizar seus lucros, em detrimento da qualidade de vida da população, em especial a de mais baixo nível socioeconômico. Assim, os movimentos de ocupação de imóveis ociosos se configuram como uma alternativa de acesso aos serviços e recursos às populações que, devido à sua baixa renda real, não se apropriam ou usufruem deles. Por exemplo, a ocupação de imóveis para moradia localizados no centro da cidade diminuiria os preços de acessibilidade e de proximidade, possibilitando tanto acesso a uma melhor moradia, quanto à educação, oportunidades de trabalho, o que, por fim, levaria ao aumento da renda real da pessoa. Neste sentido, o solo urbano configura-se como um valor de uso para tais movimentos, sendo seus interesses a sobrevivência e reprodução social.

Segundo Edison Nunes (1989), os movimentos

sociais urbanos são “uma forma de reação popular ao surgimento de ‘novas carências’ originadas das ‘contradições urbanas’, comprometedoras da ‘reprodução da força de trabalho’” (NUNES, 1989, p.67). Ou seja, as carências seriam construídas historicamente, de tal forma que o conjunto de carências é entendido por cada pessoa de forma simbólica, de acordo com sua vivência e moral sociais, seus hábitos e normas, de maneira que “a escolha ou preferência por alguma carência faz referência ao sistema de carências, onde se reflete ‘o modo de viver’” (NUNES, 1989, p. 84).

Assim, as necessidades e carências para a reprodução da classe trabalhadora decorrem da luta social de cada país, sendo modificadas constantemente. O entendimento geral é de que carências na reprodução social são aquelas que podem ser satisfeitas pelo salário, porém, existem carências sociais e intelectuais que variam de acordo com o estado (político, econômico, social e cultural) da sociedade. Estas carências<sup>3</sup> são as “necessidades radicais” analisadas por Agnes Heller (1996).

Não nos aprofundaremos na discussão feita por Heller (1996), apenas salientamos que a autora mostra o surgimento e a existência das carências sociais e intelectuais que não podem ser satisfeitas pelo salário e o capital – as necessidades radicais: “*son las necesidades que demandan satisfacción cualitativa; [...] constituyen la diferencia, lo único, lo idiosincrásico de la persona singular y también de las comunidades*” (HELLER, 1996, p.120).

Essas necessidades, conforme abordado por Nunes (1989), não são necessariamente funcionais para o capital, mas, por vezes, compõem a gênese de lutas sociais, sendo o núcleo dos movimentos de autogestão, feminista e de transformações no sistema capitalista e de formas de vida (HELLER, 1996). Heller salienta que os movimentos centrados em torno das necessidades radicais ainda são minoritários, porém, buscam transcender e acabar com a subordinação e a hierarquia, pois esta é a única forma de reconhecimento e satisfação de todas as necessidades. Desta forma, os movimentos radicais buscam a exclusão das necessidades que oprimem ou defendem o uso de um indivíduo como simples meio para outro. Entretanto, eles também representam as necessidades “não radicais”, aquelas que podem ser satisfeitas na atual sociedade.

3 Nunes (1989) afirma que a palavra “necessidade” é ambígua em português, denotando “tanto aquilo que tem de ser, como aquilo que alguém sente que precisa” (NUNES, 1989, p. 79) e, por isso, opta por utilizar “carência” em seu texto e traduções. A tradução de Heller (1996), por sua vez, utiliza a palavra necessidade. Aqui entenderemos as duas como sinônimos.

## AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS OCIOSOS

As ocupações de imóveis urbanos ociosos referem-se a um fenômeno urbano heterogêneo e mundial, ao mesmo tempo específico ao contexto local no qual surge e se desenvolve. Neste sentido, existe uma variedade de tipos ou formas de ocupação, mas todas com intuito de responder às demandas decorrentes de problemas urbanos. Após uma longa pesquisa na Europa, Hans Pruijt (2013) propôs uma divisão das ocupações, de acordo com os projetos que desenvolvem. Sua classificação apresenta as seguintes configurações: ocupação por privação (*deprivation-based squatting*), ocupação como estratégia de habitação alternativa (*squatting as an alternative housing strategy*), ocupação empresarial (*entrepreneurial squatting*), ocupação conservacionista (*conservational squatting*) e ocupação política (*political squatting*). Esta última configuração não será explorada no trabalho, por isso segue uma breve explicação: sua lógica difere da das demais configurações, tratando-se de uma forma de confrontar o Estado, estando os ocupantes ligados a lutas antissistêmicas. Também é um meio para um fim, não sendo o objetivo em si. Conforme salienta o autor, a nomeação de uma configuração como política não significa que as demais sejam apolíticas. Pruijt (2013) explica que a separação desta configuração das outras resulta da lógica própria que esta possui: a motivação política e antissistêmica. Frisamos, porém, que toda ocupação é social e política. Desta forma, podemos entender as ocupações sob três aspectos: crítica às políticas urbanas, ferramenta para pedir um teto e estratégia de sobrevivência sem apoio público (AGUILERA, 2013).

É importante ressaltar que as configurações designam projetos de ocupação, oriundos das demandas coletivas, mas um mesmo edifício pode abrigar diferentes projetos. Da mesma forma, a tipologia é maleável, no sentido de que uma ocupação pode se iniciar com determinado projeto – adequando-se, portanto, a determinada configuração classificatória –, mas se modificar ao longo do tempo, agregando novas ideias e aspectos, podendo, então, inserir-se em outra configuração. As configurações apontam para diferentes possibilidades de combinação entre autoajuda e/ou ação coletiva, alternativa e protesto contra a mercantilização da cidade.

Como as ocupações se desenvolvem de acordo com características específicas ao contexto urbano local, optamos por mostrar experiências de ocupações em diversos locais, apontando seus diferentes aspectos, mas sem compará-las.

## Ocupação por privação, a forma mais comum de se ocupar

Segundo Pruijt (2013), ocupação por privação (*deprivation-based squatting*) é a configuração mais antiga e envolve pessoas pobres e que possuem sérios problemas em relação à moradia – indo além da necessidade apenas de um teto e quatro paredes. Seria composta por pessoas que não possuem outra opção de moradia que não os abrigos para sem-teto.

Ocupações por privação são habitações características de imigrantes – em especial os ilegais – na Europa, pois esta é a única forma de sobrevivência encontrada por eles. Assim, diante da atual conjuntura europeia de crise e crescente número de imigrações – em especial de sírios –, podemos supor que a quantidade de ocupações irá aumentar em diversos países. Porém, em outros, como o Brasil, são características (e comuns) às parcelas mais pobres da sociedade, estando à margem das alternativas habitacionais tradicionais, como favelas e loteamentos irregulares.

Alguns aspectos desta configuração devem ser ressaltados: em primeiro lugar, a escolha dos edifícios é essencial para o sucesso da ocupação. Assim, buscam-se imóveis cujos donos possuam “obrigação moral” perante a população – como o Estado e a Igreja. Em segundo, existe uma diferenciação entre ocupantes e ativistas que, por vezes, não são os que ocupam os imóveis – como o caso das organizações *Jeudi Noir e Droit au Logement (DAL)*, na França, citadas por Aguilera (2013).

Por fim, um dos maiores problemas é a fácil cooperação dos ocupantes pelo Estado e por organizações que facilitem a não permanência no edifício ocupado. Neste sentido, um intenso trabalho de formação e educação política dos ocupantes se faz necessário para a manutenção e desenvolvimento da ocupação.

A demanda central é a busca por alternativas de habitação, no sentido de que “esta configuração não envolve uma mudança estrutural, em vez disso, se concentra em ajudar os ocupantes a obterem (temporariamente) aluguéis ou alojamentos alternativos” (PRUIJT, 2013, p.23, tradução nossa)<sup>4</sup>. Assim, pode-se afirmar que a configuração busca suprir somente as necessidades não radicais das pessoas.

## Ocupações empresariais

A ocupação de imóveis vazios possibilita também

<sup>4</sup> “in this configuration does not involve structural change, but instead focuses on helping the squatters to obtain (temporary) leases or alternative accommodation” (PRUIJT, 2013, p.23).

a criação de estabelecimentos (comerciais ou não) sem a necessidade de recorrer à burocracia governamental e a grandes quantias de dinheiro. Apesar de o fator habitacional estar presente, este não se constitui como o objetivo principal dessas ocupações, o que as aproxima da configuração de *entrepreneurial squatting*, conforme classificada por Pruijt (2013). Existem ocupações que se transformaram em bar, discoteca, galeria de arte e livraria, mas os estabelecimentos mais comuns neste tipo de ocupações são os centros sociais.

Muitos Centros Sociais Okupados Autogestionados (CSOAs) são decorrentes da pequena quantidade (ou inexistência) de espaços públicos de sociabilidade – este aspecto foi levantado por diversas pessoas, inclusive idosos, entrevistadas pela mídia que cobriu o despejo e manifestações decorrentes do Centro Social Autogestionado (CSA) *Can Vies*, em Barcelona, em junho de 2014. Atualmente, a ocupação é parte estratégica de diversos centros sociais, com intuito de mostrar a dificuldade de acesso a bens por parte da população, além do desperdício e a especulação decorrentes do sistema capitalista.

A variedade de CSOAs é grande, sendo alguns concentrados apenas em atividades festivas, outros no desenvolvimento de atividades para e com a vizinhança, outros interessados em ampliar práticas/ações ainda marginais e ainda outros mais ligados a novas formas de sustentabilidade ecológica e econômica. Apesar desta diversidade, Mudu (2013) apresenta algumas características comuns aos centros sociais: adoção da nomenclatura CSOA ou CSA (Centro Social Autogestionado); autogestão e produção de eventos sociais, políticos e culturais, por meio de encontros abertos; financiamento por meio de produtos vendidos (a baixo preço) nos eventos organizados, resultantes de produção voluntária; formação de uma rede baseada nas similaridades políticas.

Tais características foram observadas no CSA *Can Vies*. Este foi capaz de mobilizar, em escala nacional na Espanha, protestos em repúdio ao seu despejo. Com o apoio recebido, os ocupantes conseguiram interromper a demolição do edifício que albergava o centro e, com a ajuda de inúmeros voluntários, iniciar sua reconstrução. Para isto, receberam doação de materiais de construção. Mas também conseguiram recursos por meio da venda de bebidas e refeições a baixo custo e da organização de um financiamento coletivo pela internet. Durante todo o processo, foram organizadas assembleias semanais abertas a todos que quisessem participar.

Segundo Martínez (2013), a ocupação de imóveis vazios como forma de moradia sempre foi uma

das formas de atuação dos *okupas*, porém sua força e notoriedade cresceram a partir do estabelecimento de CSOAs, quando a função residencial tornou-se integrada a novas atividades, ligadas aos aspectos político, produtivo e de contracultura. A partir de então, os movimentos de ocupação começaram a estabelecer alianças com outros movimentos sociais existentes, e se iniciou um maior envolvimento dos *okupas* com as dimensões local e global.

### Ocupações como estratégia de habitação alternativa: o caso do *Vall de Can Masdeu*, Barcelona

Uma das configurações propostas por Pruijt (2013) é a de ocupação como estratégia de habitação alternativa (*squatting as an alternative housing strategy*), que se diferencia da ocupação por privação (*deprivation-based squatting*) por ser menos restritiva em termos da origem dos ocupantes. A principal diferença, porém, está no fato de esta configuração possibilitar à pessoa viver da melhor forma que lhe interessa.

Essa configuração pode apresentar problemas de legitimidade justamente pela ausência de urgência da moradia, podendo haver conflitos com os “verdadeiros” necessitados. No entanto, se seguirmos Heller (1996), nenhuma carência pode ser considerada falsa ou irreal. Somente o são as que dependem do uso de uma pessoa como meio para outra, por isso utilizamos as aspas. Neste sentido, os ocupantes buscam imóveis que não apresentam possibilidades de serem projetos habitacionais, como grandes edifícios sem divisões em apartamentos – caso de antigas fábricas e hospitais – mas que ainda possibilitem a vida coletiva. Este é o caso de *Vall de Can Masdeu*, a ser abordado a seguir, demonstrativo do tipo capaz de suprir as necessidades radicais.

O vale de *Can Masdeu* é uma área de 35 hectares, parte do Parque Natural de *Collserola* e propriedade do *Hospital de Sant Pau*; localiza-se em uma área periurbana, na divisa entre a região metropolitana de Barcelona e a região dos vales – ou *Vallès*. O edifício serviu como uma colônia de leprosos até as primeiras décadas do século XX; depois funcionou como reformatório para crianças até meados dos anos 1960. Desde então, permaneceu vazio, apesar de terem sido pensados diversos projetos para o local, de prisão à área residencial privada para aposentados.

Em dezembro de 2001, algumas pessoas ocuparam a área e criaram um coletivo que recuperou o espaço, criando uma rede de projetos. Segundo o site do coletivo, a ocupação é “um ato de desobediência criativa ao mundo do dinheiro, da fumaça e das



ordenanças do ruído e da velocidade. Uma proposta de cooperação coletiva e da convivência entre gerações aos pés de *Collserola* e com raízes em *Nou Barris*” (VALL DE CAN MASDEU, Qui Som, tradução nossa)<sup>5</sup>. *Can Masdeu* conta com cinco projetos: vida comunitária, assembleia de Hortos Comunitários, *Punt d'Interacció de Collserola (PIC)* – ou Ponto de Interação de Collserola –, visitas de educação agroecológica e projetos de permacultura. Atualmente, devido à falta de espaço para maior número de moradores, cerca de 30 pessoas vivem no local<sup>6</sup>. Os projetos desenvolvidos, contudo, atraem centenas de pessoas durante a semana, além de visitantes para as atividades e visitas guiadas aos domingos.

O *Can Masdeu* busca a autonomia e a autogestão, que possibilitariam a tomada de decisões próprias sem o envolvimento com as dinâmicas socioeconômicas vigentes. Por meio de um intercâmbio cada vez maior dentro das redes de economia solidária, buscam autonomia, mas não autossuficiência; com intuito de transformar o sistema a partir de uma forma de lutar coerente com sua maneira de viver. O grupo acredita na propriedade de uso mais do que na propriedade privada; assim, possuem diversos recursos em comum, desde ferramentas, livros e computadores a móveis, cozinhas, dispensas, lavanderias e carros.

O grande problema enfrentado para manutenção e desenvolvimento de *Can Masdeu* é o acesso à água. Pela sua localização e situação de ilegalidade, a propriedade não é abastecida pela Prefeitura de Barcelona, sendo a água utilizada a encontrada em poços ou captada pela água da chuva. Assim, a economia e o reaproveitamento da água são essenciais para a comunidade. São utilizados produtos ecológicos para a lavagem, o que permite a reutilização da água nos cultivos; chuveiros e duchas de uso coletivo, que estão localizados fora do edifício – com uma bela vista para o parque e Barcelona – e os banheiros secos, que, além de não necessitarem de água, transformam os dejetos em adubo após um tempo em composteira. Neste sentido, o *Vall de Can Masdeu* busca a gestão agroflorestal e não ser um lugar intocável. Para isto, vale-se do uso comunitário e dos usos tradicionais agroflorestais, do reflorestamento e da reabilitação da infraestrutura agrícola.

5 “Un acte de desobediència creativa al món dels diners, del fum i les ordenances, del soroll i la velocitat. Una proposta de cooperació col·lectiva i convivència entre generacions als peus de Collserola i amb les arrels a Nou Barris” (VALL DE CAN MASDEU, Qui Som).

6 Nem todas as pessoas moram no edifício principal, algumas construíram anexos ao edifício ou suas próprias casas no terreno, através de materiais reciclados e naturais.

Diferentemente de CSOAs, *Can Masdeu* não está aberto a “forasteiros” todos os dias – com exceção dos vizinhos que cultivam em suas hortas –, mas apenas em dias específicos da semana (quinta-feira, sábado e domingo) e em dias festivos. Porém, um dos projetos presentes, o PIC, é um centro social que desenvolve atividades e oficinas voltadas para agroecologia, permacultura, artesanato, dança, teatro e pensamento crítico.

Nesta configuração de ocupação, além do abrigo, encontram-se “oportunidades para a expressão contracultura [que] são um bônus que aumenta a atração de uma ocupação, e quando alguém já está estabelecido na ocupação, ele pode encontrar um ambiente que é propício ao desenvolvimento da contracultura” (PRUIJT, 2013, p.49, tradução nossa)<sup>7</sup>. Assim, a contracultura não é ponto central para o entendimento desta configuração, mas apenas um atrativo a mais, já que a necessidade de espaço e moradia continua sendo o objetivo, mas possibilitando a expressão e o desenvolvimento da contracultura.

De forma resumida, podemos entender que o *Vall de Can Masdeu* busca suprir as necessidades radicais, sendo elas: o valor de uso superior ao valor de troca, o caráter libertário, a autogestão e a busca por um modo de vida alternativo ao capitalista. Sendo assim, a reprodução social de uma boa qualidade de vida é o objetivo principal desses ocupantes.

### Ocupações conservacionistas: o exemplo da *Regenbogenfabrik*, em Berlim

As ocupações conservacionistas (*conservational squatting*) utilizam-se da tática de ocupação para a preservação de uma paisagem urbana, sendo o objetivo impedir a transformação de determinada área. Esta configuração também pode ajudar a interromper ou prevenir o processo de gentrificação, já que busca preservar a função da área. É importante lembrar que a gentrificação se caracteriza pela expulsão da população de baixa renda e a atração da classe média para determinadas localidades, que adquirem novas formas e funções, em decorrência de projetos de requalificação ou revitalização (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Berlim viveu uma crise de política urbana, 80 mil

7 “there is the configuration ‘squatting as an alternative housing strategy’ where the goal is to house oneself, and in which there is a two-way relation between squatting and countercultural expression: the opportunities for countercultural expression are a bonus that adds to the attractiveness of squatting, and once someone is settled in a squat, she or he will find an environment that is, to some extent, conducive to countercultural development” (PRUIJT, 2013, p.49).

peças estavam cadastradas para receber casas do governo, enquanto 27 mil apartamentos estavam vazios. Segundo Holm; Kuhn (2013), os proprietários e imobiliárias abandonavam os imóveis na esperança de que fossem incluídos em projetos de renovação – ou seja, que fossem demolidos, reformados ou modernizados com fundos estatais – para, posteriormente, aumentar o valor dos aluguéis.

Durante o ano de 1981 ocorreu um *boom* de ocupações em Berlim, decorrente de um despejo ilegal e violento feito pela polícia: até dezembro de 1980, contabilizavam-se 21 imóveis ocupados em Berlim, ao final do verão de 1981; este número subiu para 165 (Holm; Kuhn, 2013). Esta grande quantidade de ocupações significava também diferentes interesses e estratégias, fato que não gerou conflitos entre elas até o início da legalização das antigas e de tolerância zero a novas ocupações pelo governo. A partir de então, iniciou-se um confronto entre os “negociadores” – aqueles que concordaram com a legalização das ocupações pelo governo – e os “não negociadores”, que resultou, em 1984, no saldo de 105 ocupações com contratos de legalização e 60 despejadas. Neste sentido, a legalização significou a “pacificação” dos movimentos, decretando o fim da dimensão política para além da moradia das ocupações – não cabe aqui, porém, adentrar no conflito entre “negociadores” e os “não negociadores”, apesar de ele ocorrer em diversos países.

Em março de 1981, antigas instalações fabris e um bloco adjacente de 18 casas foram ocupadas por cerca de 50 pessoas, no bairro de *Kreuzberg*, com o nome de *Regenbogenfabrik* – ou Fábrica Arco-Íris. O objetivo era barrar a expansão imobiliária para aquela área, que levaria à demolição do conjunto para a construção de um edifício moderno, segundo informação disponível no *site* da ocupação. Esta proposta aproximava-se, assim, da configuração de ocupação conservacionista, descrita por Pruijt (2013), apesar de hoje o *squat* ir para além deste aspecto. À ocupação do conjunto seguiu-se a recuperação dos edifícios e a implantação de uma creche, um centro cultural e moradias.

Com a política adotada pelo governo, em 1984, a *Regenbogenfabrik* firmou acordo de contrato temporário de aluguel, porém nunca pagou nenhuma das mensalidades acordadas. No mesmo ano, o parlamento decidiu comprar as instalações, o que só aconteceu em 1990. A partir de dezembro de 2011, a ocupação assinou um novo contrato, com prazo de 30 anos, legalizando-a e prevendo o pagamento de um aluguel para o distrito. Em 2013, os ocupantes tiveram que pagar um depósito para garantir que iriam cuidar dos edifícios, porém, para tal depósi-

to foi necessário um empréstimo, que ainda pagam devido à alta taxa mensal de juros<sup>8</sup>. Atualmente, o complexo conta com um café-restaurante, oficinas de bicicleta e de madeira, cinema e um albergue – com preços mais acessíveis do que os do restante da cidade.

A *Regenbogenfabrik* começou como uma maneira de se conservar um espaço que estava prestes a ser “engolido” pelo capital imobiliário. A ocupação atende diretamente às necessidades habitacionais, já que os preços dos imóveis em Berlim têm aumentado muito nos últimos anos<sup>9</sup>. Porém, hoje podemos entendê-la como uma forma alternativa de habitação, no sentido de que dezenas de pessoas vivem de forma coletiva e autogestionada, o que demonstra uma tentativa de suprir as necessidade mais radicais dos seres humanos.

### De ocupação a *fristaden*: *Christiania*, Copenhagen

Em 26 de setembro de 1971, um grupo de jovens *hippies* ocupa um campo militar abandonado com cerca de 130 edifícios, localizado no centro de Copenhagen, após diversas tentativas (FALLESEN; HIND, 2014). Em pouco tempo a notícia se espalhou, e se iniciou uma migração de pessoas de toda a Europa para o antigo campo militar, proclamando a área como uma cidade livre (*Fristaden Christiania*, em dinamarquês, ou *Freetown Christiania*, em inglês). Menos de um ano depois, em maio de 1972, o Ministério da Defesa dinamarquês autorizou a utilização, pelos ocupantes, dos edifícios e terrenos da área pertencente ao Estado desde que se responsabilizassem pelo pagamento da eletricidade e da água. Em 1973, *Christiania* ganhou do governo o *status* temporário de “experimento social”. Em 1989, o *Christiania Act* foi aprovado pela maioria do parlamento, o que possibilitou o uso coletivo da área.

A “cidade livre” ocupa uma área de mais de 85 hectares e recebe mais de 1 milhão de visitantes por ano, sendo o segundo lugar mais visitado da Dinamarca. Aproximadamente 900 pessoas vivem ali, sendo que apenas um terço possui emprego fixo, enquanto o restante recebe ajuda da assistência social

8 Informações obtidas pela autora com Christine Ziegler, moradora de *Regenbogenfabrik* desde o seu início.

9 Em trabalho apresentado no *workshop* do SqEK, em 21 de maio de 2015, Andrej Holm apresentou dados que demonstram que *sites* de aluguel por temporada, em conjunto com outros fatores, são responsáveis pela gentrificação e o aumento dos preços de aluguéis, já que é mais interessante alugar para turistas do que para habitantes da própria cidade. A mesma situação ocorre em Barcelona, segundo ativistas *okupas*.

ou não possui renda oficial. *Christiania* é dividida em duas partes, uma central (“urbana”), na qual se encontra a maioria das antigas instalações militares, e outra parte com grandes áreas verdes, com caráter mais de campo, na qual os ocupantes construíram suas casas das mais diferentes formas e com diversos tipos de material.

A maioria dos serviços e atividades coletivas se aloja nos antigos edifícios militares, assim como parte dos moradores, enquanto outros construíram suas próprias casas. As formas de viver dos *christianites* (como são chamados os ocupantes) também são distintas: alguns vivem em casas somente com suas famílias, enquanto outros vivem em casas coletivas, com mais de uma família ou com grupo de amigos.

Desde o início, *Christiania* se baseia em princípios da democracia participativa, na forma de uma democracia descentralizada. Está dividida em 15 áreas geográficas – as áreas são bem distintas entre si, tanto em tamanho quanto em número de pessoas, sendo que algumas contam com mais de 80 habitantes e outras com menos de dez –, e os residentes de cada uma delas organizam encontros/reuniões (*områdemøde*, encontros da área), normalmente mensais, para discutir e decidir os problemas comuns de sua área; as decisões que afetam toda *Christiania* são levadas para o *fællesmøde* (encontro comunitário), a autoridade mais alta. Em ambos os modelos de reunião, as decisões são tomadas de forma consensual, ou seja, as discussões devem levar a um acordo comum.

De uma forma geral, a convivência na área é guiada por nove proibições: armas, drogas pesadas, violência, carros particulares, símbolos/emblemas de gangues de motociclistas, colete à prova de balas, venda de fogos de artifícios, uso de sinalizadores e roubos.

Os *christianites* não gostam de falar no assunto, apenas ficam felizes – e orgulhosos – pelo banimento de drogas pesadas do local<sup>10</sup>. Entretanto, até hoje o comércio de “drogas leves” continua na *Pusherstreet* e no *Green Light District*, área que possui suas próprias regras: divirta-se, não corra e não tire fotos; sendo esta a área mais visitada de *Christiania*. Por vezes, a polícia de Copenhague atua na área ou em seu entorno, com intenção de inibir o tráfico, sendo o episódio narrado na citação acima um dos principais atos repressivos dos últimos anos, quando houve um grande número de apreensões e prisões. A polícia permane-

10 As informações sobre esse assunto foram obtidas pela observação da autora e também por conversas com *christianites* e Michael, um amigo dinamarquês que a acolheu, que frequenta *Christiania* há anos e que possui diversos amigos que ali vivem e trabalham.

ceu por algumas semanas no local, em 2004, o que levou à mudança do ponto de local de tráfico para outros lugares em Copenhague. Pouco tempo depois o governo optou por tirar a polícia de *Christiania*. É interessante observar que parte das nove proibições de *Christiania* tem ligação direta com o tráfico de drogas, buscando preservar a calma na área<sup>11</sup>.

*Christiania* conta também com imóveis comerciais como restaurantes, bares, mercearias, lojas, gravadora e galerias de arte. As bicicletas ali produzidas são famosas em toda Copenhague. Para os moradores existe também: uma loja de construção que conta também com materiais reciclados; uma casa de banho<sup>12</sup>; um posto de correio; além de berçário, creche, clubes de recreação e casa de jovens para as crianças.

É importante ressaltar que os *christianites*, ao contrário do que muitos pensam, pagam impostos ao governo dinamarquês, assim como pagam pela eletricidade, calefação e água. Ademais, os moradores também são os responsáveis por tarefas e serviços como creches, clubes de jovens, correios, coleta de lixo, reciclagem<sup>13</sup> e manutenção da infraestrutura da área.

Os conflitos com o governo dinamarquês existem desde o início da ocupação e planos de legalização e normalização da área são elaborados frequentemente. Somente em 2012 os *christianites* decidiram aceitar a proposta do governo dinamarquês e compraram os edifícios e a área ocupada por 125 milhões de coroas dinamarquesas (aproximadamente 16,8 milhões de euros), sendo 40 milhões de coroas dinamarquesas deduzidas pelo compromisso de *Christiania* em renovar e manter as instalações de água, esgotos, eletricidade, direitos de passagem e espaços rurais. Uma Fundação – forma encontrada para possibilitar a compra do terreno, já que a legislação dinamarquesa não prevê a propriedade coletiva – foi criada para comprar *Christiania*, a partir de “ações sociais” e empréstimos. Atualmente, a parte central de *Christiania* já pertence aos moradores, que continuam a campanha de arrecadação para a compra do restante da área<sup>14</sup>.

11 Segundo Michael, o tráfico de drogas em *Christiania* está ligado ao *Hells Angels*, o que justificaria, por exemplo, a proibição do uso de emblemas de motoclubes, além da dificuldade em acabar com o tráfico no local e o medo dos habitantes em falar sobre o assunto.

12 A casa de banho (*badehuset*), que também inclui uma sauna, foi construída para suprir a ausência de banheiros em diversas casas de *Christiania*; hoje, porém, é utilizada mais como forma de sociabilidade.

13 Na *folkekokken*, toda quinta-feira, ativistas cozinham a partir de restos de alimentos jogados fora por restaurantes e lojas na noite anterior, sendo as refeições vendidas a baixo preço (FALLESEN; HIND, 2014).

14 Muitos dinamarqueses se recusam a ajudar na arrecadação



*Christiania*, hoje, é considerada uma cidade livre – e por alguns a única cidade anarquista do mundo –, possuindo suas próprias regras, impostos e modos de decisão, por meio da autogestão. Ao longo dos anos sofreu inúmeras pressões para a desocupação do espaço, mas sempre as venceu, em grande parte pela relevância que a cidade livre alcançou dentro da própria sociedade e estado dinamarqueses, tornando-se parte integrante dessa cultura.

Assim como o caso do Vall de Can Masdeu, *Christiania* busca suprir as necessidades radicais das pessoas que a habitam, estando sempre em busca do valor de uso e não do valor de troca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos alguns aspectos importantes acerca dos movimentos de ocupação. Primeiramente, as ocupações não são problemas urbanos e sim, antes de tudo, tentativas de solucioná-los. Como o capitalismo é a dominação de um sistema econômico específico sobre toda a sociedade, no qual o valor de troca supera o valor de uso, as desigualdades sociais e a existência de uma classe de hiperprecarizados são necessárias para a continuidade do sistema.

Neste sentido, o ato de *okupar* é uma interferência direta nas operações capitalistas de acumulação e nas regras do mercado habitacional e urbano. Sendo assim, podemos entender as ocupações como um grande símbolo de oposição aos problemas causados pela distribuição desigual das riquezas e da especulação urbana desenfreada.

A questão das ocupações para moradia ainda sofre grande preconceito em diversas partes do mundo. Por vezes, os próprios ocupantes têm vergonha e medo de dizer que vivem em um imóvel ocupado – muitos até mesmo se consideram invasores. Entretanto, vimos que a ocupação por simples necessidade de moradia (ocupação por privação) é a mais comum e antiga configuração, estando presente em todo o mundo, porém, tomar ciência delas e, ainda mais, estudá-las é difícil.

Afirmamos, então, que uma das principais necessidades atuais para os *okupas* de todo o mundo é expandir o conhecimento acerca das ocupações, com intuito de diminuir o preconceito existente e aumentar o apoio e adesão aos seus movimentos. Desta forma, podem surgir redes espaciais, de solidariedade e de articulação.

---

por acreditar que a comunidade teria dinheiro suficiente para a compra devido ao intenso comércio de drogas, porém, este dinheiro se direciona aos traficantes e não aos ocupantes.

Acreditamos que as ocupações podem ajudar a conscientização e emancipação das pessoas, levando-as a exigir mais do que a satisfação das carências “não radicais”, entendendo, então, que as necessidades radicais são parte fundamental da vida do ser humano, a partir das características de transgressão, contra-hegemonia, contracultura e imaginação que podem ser observadas nas práticas internas dos movimentos de ocupação. Lembramos, ainda, que, ao contrário do que muitos supõem, as ocupações não são essencialmente ilegais, pois possuem amparo legal em diversos países. Porém, os ocupantes devem estar cientes de que sua luta também incluirá uma disputa jurídica e institucional, em especial em torno da determinação da função social da propriedade urbana.

Por fim, acreditamos que a ocupação de um imóvel ocioso é uma resposta direta ao fracasso do capitalismo e do estado de bem-estar, que não foram capazes de suprir as carências – sejam elas radicais ou não – da nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Thomas. Configurations of squats in Paris and the Ile-de-France Region. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.209-230.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 21-57.
- FALLESEN, Peter; HIND, Sulaima. **Fristaden Christiania**. Polônia: Nyt Nordisk Forlag Arnold Busck, 2014 (2ª ed.).
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.
- HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.
- HOLM, Andrej; KUHN, Armin. Squatting And Urban Renewal. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 161-184.
- KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTÍNEZ, Miguel A. Squatters’ Movement in

- Spain. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 113-138.
- MARTÍNEZ, Miguel A.; PIAZZA, Gianni; PRUIJT, Hans. Introduction. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 11-16.
- MUDU, Pierpaolo. Resisting and Challenging Neoliberalism: In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.61-88.
- NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, Jun. 1989. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 14 jul. 2015.
- PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.
- Site da *Regenbogenfabrik*. Disponível em: <<http://www.regenbogenfabrik.de>>. Acesso 30 ago. 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- VALL DE CAN MASDEU. **Qui Som**. Disponível em: <<http://www.canmasdeu.net/>>. Acesso 25 ago. 2014. ■